

## 43 - A INCLUSÃO DOS ALUNOS SURDOS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

FRANCIELLEN TAPAJÓS RIBEIRO

Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, Pará, Brasil.

ellen\_fsouzat@hotmail.com

doi:10.16887/91.a1.43

### INTRODUÇÃO

A pesquisa foi desenvolvida com o intuito de compreender como tem ocorrido a abordagem sobre a temática da inclusão do aluno surdo nas aulas de Educação Física no âmbito escolar das escolas brasileiras. Para isso, foram consultados alguns artigos em foram identificados assuntos pertinentes ao conceito de surdez, a história dos surdos no Brasil e o seu processo de inclusão no ensino regular, além de investigar como a área da Educação Física Escolar tem entendido sua participação na possibilidade de ajudar e permitir que o aluno surdo, portador de necessidade especial auditiva, seja incluso socialmente no âmbito escolar, superando os desafios que ocorrem durante este processo.

Nota-se que a inclusão é uma palavra muito utilizada nos últimos anos, e tem sido constantemente debatida nos diversos seguimentos sociais. Destes, o ambiente escolar se apresenta como local fecundo para promover, discutir e assegurar que todos tenham direito à educação, igualdade e acessibilidade, evitando a evasão escolar e permitindo o desenvolvimento total de seus educandos. Somando-se ao exposto, faz parte da grade curricular das escolas, a disciplina de Educação Física, que deve dar ao aluno surdo, subsídios para o seu desenvolvimento motor e psicomotor.

No entanto, percebe-se que ainda hoje ocorrem problemáticas neste processo. O aluno é inserido dentro de salas regulares, mas não lhe é oferecido condições objetivas para o desenvolvimento do conhecimento básico, onde os materiais e métodos utilizados não colaboram em sua totalidade, pois, não são específicos para as pessoas com deficiências, e tornando-se um desafio maior para este público. Portanto, se fez necessário buscar reunir informações com o intuito de responder ao seguinte problema de pesquisa: a inclusão do aluno surdo nas aulas de Educação Física tem de fato acontecido após anos de estudo e pesquisa no ensino regular no Brasil?

O que justifica a elaboração deste artigo é o fato que ele pode ser utilizado como fonte de informações por docentes do curso de Educação Física, ou para os profissionais de educação que precisam ser conscientes do seu papel pedagógico. É necessário um posicionamento crítico da escola como um todo, contribuindo com a aprendizagem e reflexão sobre a realidade da inclusão do aluno surdo no ensino regular e nas aulas de Educação Física.

Posto isto, este artigo tem como objetivo identificar como tem acontecido a inclusão do aluno surdo nas aulas de Educação Física. Observa-se no contexto do ensino regular brasileiro, que a inclusão vem ocorrendo paulatinamente, colaborando para o desenvolvimento do aluno surdo nas suas capacidades motoras, cognitiva e socioafetiva.

Esta pesquisa estrutura-se em cinco capítulos, apresentando-se no primeiro a metodologia utilizada para a elaboração do estudo, apresentando e conceituando a utilização dos métodos. O segundo capítulo apresenta a surdez e a cultura surda baseado em vários autores, além do conceito, características e identidade dos surdos. No terceiro capítulo é abordada a história dos surdos no nosso país, envolvendo origem, conceitos e mencionando a importância da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na inclusão dos surdos na sociedade, além de descrever o quanto foi decisiva ao ser inserida no ensino regular. O quarto capítulo caracteriza a escola inclusiva e a Educação Física, envolvendo sua identificação, breve histórico e demais itens que compõem a inclusão nesta área do conhecimento. E no quinto capítulo são apresentados os resultados e discussões com o objetivo de responder o problema apresentado

acima e colaborar com a necessidade do professor, da escola e do aluno entender o processo de inclusão no ensino conhecendo as possibilidades que o cercam e encarando os desafios que surgem nesta trajetória.

## **METODOLOGIA**

Para o desenvolvimento do presente trabalho a metodologia utilizada foi de cunho descritivo, com uma abordagem qualitativa, que segundo Ludke e André (1986, p.44) “tem no ambiente natural, sua fonte direta dos dados e o pesquisador como seu principal instrumento e [...] o significado que os indivíduos dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador”.

Como fonte de coleta dos dados fez-se o uso da pesquisa bibliográfica, descrita por Matos e Vieira (2001, p. 40) como sendo aquela que “[...] é realizada a partir de um levantamento de material com dados já analisados, e publicados por meio escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, página de Web sites, sobre o tema que desejamos conhecer [...] Assim, estabelecemos uma sintonia entre a nossa proposta de reflexão e o tratamento dispensado ao assunto por outros pesquisadores”.

A pesquisa bibliográfica tem como base publicações dos escritos de autores como: Almeida e Souza (2015), Bisol e Sperb (2010), Abreu (2007), Perlin (2003), Nóbrega et al (2011), Strobel (2008), Mori e Sander (2015), Ferraz (2009), Pereira, Moura e Albuquerque (2017), Casarotto, Rosa e Mazzocato (2012), Maques, Silva e Silva (2008), Melo e Freitas (2009), e Alves e Duarte (2014), dentre outros que forneceram o referencial teórico necessário para o debate do tema em questão.

## **RESULTADOS**

### **Surdez: do conceito à cultura surda**

O último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou em 2010 que no Brasil cerca de 45,6 milhões são de brasileiros com deficiência, que corresponde a 23,9% da população total. Destes, 5,1% possuem deficiência auditiva, equivalente a 9,7 milhões de pessoas, das quais, 2,1 milhões se declararam possuindo a deficiência auditiva severa, e destas, 344,2 mil são de pessoas surdas e 1,7 milhão, pessoas com grande dificuldade de ouvir.

No decreto da Constituição Federal brasileira de nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, é regulamentada a lei sobre a deficiência auditiva, caracterizando-a como a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (db) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz. Assim, de 25 a 40 db é considerado surdez leve, de 41 a 55 db é surdez moderada, de 56 a 70 dB é surdez acentuada e acima de 91 db é surdez profunda ou anacusia, que é a perda total de audição.

Com a evolução dos estudos nessa área, houve um aprofundamento na tentativa de identificar a principal característica que diferencia os dois principais modelos sobre surdez, o clínico-terapêutico e o socioantropológico. O que caracteriza o modelo clínico-terapêutico, que por anos prevaleceu, é a abordagem da surdez como deficiência. O modelo mais atual e defendido pelos surdos, é o socioantropológico ou cultural que por volta da década de 70 passou a ser bastante difundido no Brasil, caracterizando a surdez como uma diferença no sentido cultural e linguístico (MOURÃO, 2018; BISOL e SPERB, 2010).

Atualmente, a sociedade costuma intitular as pessoas com surdez de deficientes auditivos, mas esse termo pode ser encarado como se fossem defeituosos e inferiores aos ouvintes. Eles preferem ser identificados como surdos porque ser surdo significa assumir uma língua, identidade e uma cultura própria. A maioria dos surdos defende a ideia de que eles são pessoas diferentes e não deficientes, como cita Abreu (2007, p.12) “a surdez é um fato, com vidas

diferentes, com certeza, mas nada inferiores à vida do ouvinte, a partir do momento em que você encara a surdez como uma diferença e jamais como um defeito, você está aberto para entender o mundo e a cultura surda”.

Mourão (2018) afirma que termos ainda usados atualmente como “deficiente auditivo”, “surdo-mudo” e “pessoa com surdez” sugerem um rótulo que remete à incapacidade dos sujeitos ouvirem, além de preconizarem um sentido de que a pessoa surda seja deficiente com um todo, em todas as áreas da sua vida.

Comungando com os autores que percebem a surdez como diferença, acredita-se que é importante conhecer como se distingue o seu lado clínico, mas é preciso entender para além da deficiência, pois restringir-se à esse olhar seria limitar-se. Faz-se necessário ter uma visão mais ampla, olhá-la levando em conta diversos aspectos, tais com: a cultura, identidade, linguagem e as necessidades particulares do povo surdo.

Quando é utilizado o termo povo surdo, Perlin (2003, p.17) comenta que se refere ao “[...] grupo de surdos constituído com língua, lugar e cultura específica” e para Strobel (2008) se refere aos surdos que não habitam o mesmo local, mas que são unidos porque possuem as mesmas origens, seja pela comunicação por meio da língua de sinais, pela cultura surda ou qualquer outro elo.

As pessoas surdas não precisam participar de uma comunidade surda para fazer parte do povo surdo, pois eles já compartilham de interesses comuns aos da comunidade surda. O que mais caracteriza o povo surdo é a forma como se comunicam por meio da língua de sinais e a apropriação de sua própria cultura surda.

Ao evidenciar o povo surdo, torna-se necessário mencionar sobre a Identidade, que segundo Nóbrega et al (2011, p. 674), “é construída e compartilhada socialmente no interior de uma cultura, dos discursos produzidos, nas representações compartilhadas e nos significados atribuídos”. Os autores enfatizam que as identidades das pessoas surdas são influenciadas pelo ambiente em que vivem e pelas relações que possuem no decorrer de suas vidas, ela vai sendo construída através do conceito que se conhece e convive do que é ser surdo, relacionando-se com uma visão de “deficiência” ou “diferença cultural”.

Atrelada à identidade surda se encontra a cultura surda que de acordo com Strobel (2008) é a forma que o surdo compreende e transforma o ambiente que o cerca para que o mundo seja aberto ao seu modo de vida. Compreende-se cultura surda “como a identidade cultural de um grupo de Surdos que se define como grupo diferente de outros grupos (MOURÃO, 2018, p. 30).

Ela é algo que está impregnada no surdo, que faz parte de comunidades surdas, os quais são divididos entre eles os costumes, crenças, hábitos, maneira de se comunicar por meio de sinais e tudo que é relacionado ao povo surdo. Essa cultura, na maioria das vezes, é conhecida e transmitida ao surdo quando se torna adulto, porque normalmente ele descende de família ouvinte e quando o mesmo possui menor idade vivencia apenas a cultura do ouvinte.

A cultura dos surdos apresenta uma forma diferente de comunicação, realizada por meio das mãos, que são as línguas de sinais, que se difere de país para país e de região para região. Essas línguas surgiram naturalmente nas comunidades surdas pela necessidade que todo ser humano independente de ser ou não ouvinte tem: a de estabelecer uma comunicação (MOURÃO, 2018; ABREU, 2007).

Assim, podemos perceber que o povo surdo sentiu a necessidade de lutar por sua inclusão em todas as esferas sociais, buscando o cumprimento de leis que respaldam este posicionamento, objetivando sua autonomia e a valorização dos surdos como pessoas humanas. É um povo que luta muitas vezes ao lado do ouvinte pelo maior reconhecimento das comunidades surdas e da cultura surda, com principal objetivo de mudar a realidade preconceituosa que muitos surdos estão inseridos, realidade esta, que é fruto de um contexto histórico segregacionista e que vem sendo modificado paulatinamente.

## **Breve histórico dos surdos no Brasil**

Buscando compreender essa necessidade de luta pela inclusão deste povo partindo de fatores primordiais para a aceitação da identidade surda, viu-se a importância de apresentar o contexto histórico sobre os mesmos no processo de inclusão nas esferas sociais do Brasil.

Encontramos nas diversas literaturas que retratam a história das pessoas com algum tipo de deficiência, o relato dos momentos difíceis, tristes, preconceituosos e de intolerância pelo qual eles passaram por possuírem alguma limitação. Considerados aberrações, sofriam agressões, eram acometidos por muitas atrocidades físicas, psicológicas e emocionais. A sociedade associava ao castigo dos deuses, ou mesmo de caráter demoníaco e por isso eram punidos, marginalizados e ditos como incompetentes (MORI; SANDER, 2015).

Após anos de sofrimento, debates, reuniões e planejamento, foram possíveis mudanças nesse quadro social. Devido à necessidade de se expressarem, eles criaram uma metodologia, um tipo de linguagem própria. Estas línguas diferentes dos idiomas oralizados, requerem expressão do corpo, em especial das mãos e da face para poder transmitir o contexto corretamente das situações vivenciadas, sem a utilização das palavras (MOURÃO, 2018; FERRAZ, 2009). Apesar de não oralizarem suas falas, levantou-se um clamor entre eles, que segundo Mori e Sander (2015) abriu “novos caminhos, caminhos estes mais democráticos, mais naturais com o uso dos sinais”.

Assim, no Brasil a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) foi legalmente perfilhada como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda pela Lei Federal nº 10.436/02, publicada no Diário Oficial da União o Decreto nº 5.626 que a regulamentou no dia 22 de dezembro de 2005. A partir daí a comunidade surda passa a usar oficialmente a língua de sinais como primeiro meio de comunicação.

Quanto à importância desse documento, Mori e Sander (2015, p.12), detalham: “A promulgação desse Decreto foi um passo notável na história da educação dos surdos no Brasil, e coloca nosso país à frente de muitos países desenvolvidos, devido à visão e prática modernas de respeito, de inclusão e acessibilidade, como o mundo exige nos dias de hoje”.

Entretanto, existem muitos mitos que cercam o imaginário popular a respeito da LIBRAS, revelando entre o povo brasileiro a presença de um entendimento considerado equivocado e desconhecido com relação ao seu caráter linguístico. Percebeu-se que as pessoas utilizam terminologias inapropriadas para referirem-se a LIBRAS, nomeando-a como “a Língua de Libras, tais como mímica, código, alfabeto manual, linguagem dos sinais, linguagem do Surdo-mudo etc.” (MOURÃO, 2018, p. 67).

Mourão (2018, p. 67) continua afirmando que ainda existem “aqueles que acreditam que Libras é realmente uma língua, mas que ela é limitada e expressa apenas informações concretas, não sendo capaz de transmitir ideias abstratas. Muitos acreditam também que a Libras é a Língua Portuguesa expressa com as mãos, na qual os sinais substituem as palavras. Outros pensam que ela é uma linguagem como a linguagem das abelhas ou do corpo, [...], ou, ainda, que essa língua é somente um conjunto de gestos que interpretam as línguas orais.”

O autor ainda ressalva que a LIBRAS “é composta por todos os componentes pertinentes às línguas orais, como gramática, semântica (do significado), morfológico (da formação de palavras), sintático (da estrutura), pragmático (contexto em que é utilizada) e outros elementos, preenchendo, assim, os requisitos científicos necessários para ser considerada como instrumento linguístico de poder e força. A Libras possui todos os componentes classificatórios identificáveis de uma língua, cujo aprendizado requer muita prática, como qualquer outra língua” (MOURÃO, 2018, p. 67). Vale pontuar que a LIBRAS não deriva da Língua Portuguesa. Ela é autônoma e possui sua própria gramática.

Em síntese, com a legalização da LIBRAS, despontaram inúmeras possibilidades da inclusão do povo surdo em todos os âmbitos sociais no Brasil. Ela permitiu que o bilinguismo se tornasse uma realidade brasileira, adquirida de maneira árdua e construída no decorrer da história no Brasil. Essa conquista deu voz ao povo surdo, dando a eles a oportunidade de escreverem uma nova história no capítulo das suas vidas, oportunizando o acesso ao conhecimento e a conquista do livre arbítrio. Assim garantiu-se o respaldo necessário e

primordial para a cidadania do povo surdo, iniciando debates e discussões que trouxessem propostas e práticas de inclusão e integração desses indivíduos na sociedade com um todo.

## **A escola inclusiva e a Educação Física**

E nesse contexto iniciaram de fato as ações e bases legais voltadas para que as pessoas com deficiência fossem inseridas em um espaço de educação formal (PEREIRA; MOURA; ALBUQUERQUE, 2017). Para isso, a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (LDB) 9394/96, afirma que o Estado passa a ter responsabilidade em sustentar uma escola com todos os aparatos adequados e com educadores especializados para trabalhar com as diversas deficiências. Segundo Pereira, Moura e Albuquerque (2017), esses educadores especializados precisam incentivar e propiciar a autonomia dos seus alunos, para que eles possam ser inseridos na sociedade e sejam participativos.

Nos artigos 58, 59 e 60, dispostos na LDB, é esclarecido como deve ocorrer o atendimento especializado aos alunos da educação especial, ressaltando que ele substitui o ensino ofertado nas escolas regulares, mas sua intenção é retirar o que esteja atrapalhando a participação do aluno dentro do ambiente escolar de forma geral e auxiliá-lo a se encaixar novamente no ensino regular. Desta maneira, a disponibilidade de recursos educacionais oferecidos pelo Atendimento Educacional Especializado, permite o apoio a esses sujeitos, com alternativas aperfeiçoadas para atender suas necessidades (PEREIRA; MOURA; ALBUQUERQUE, 2017).

Atrelada a essa disponibilidade de recursos está o desafio da inclusão social das pessoas com deficiência no Brasil, que almejam viverem em uma país em que a escola seja um espaço acessível para todos. Conforme ressalta Araújo (2012, p.2), todas as pessoas com deficiência precisam ter seus direitos assegurados e protegidos, e a escola deve ser este lugar “sem separações de sexo, raça, classe social, para uma abordagem de educação inclusiva que está aberta para colher as diferenças. Isso significa atentar para as mudanças e diferenças. Dessa forma a inclusão social torna-se um direito adquirido no cenário brasileiro”.

Deste modo, a disciplina de Educação Física como parte integrante da grade curricular das escolas, não poderia ficar de fora deste cenário de inclusão educacional. Pois, tendo em vista seu passado não muito distante, a disciplina se preocupava mais com eficiência dos movimentos, do que ter o compromisso com a formação integral dos alunos (MARTINS, 2014; ALVES et al, 2013).

Para Almeida e Souza (2015), praticar a inclusão na Educação Física atualmente ainda não é uma tarefa muito fácil, ao contrário do que muitos pensam, é complexa, devido ao histórico de exclusão dos que tem menores habilidades, fiquem à mercê, marginalizados, pois a mídia acaba interferindo nas práticas pedagógicas dos docentes e nas atitudes dos discentes, disseminando a ideia de corpos sarados e perfeitos. Por isso, o professor de Educação Física precisa observar o interesse de todos, atendendo às particularidades de cada um.

Conforme Martins (2014) e Melo e Freitas (2009), a Educação Física aborda diversos conteúdos, como jogos, brincadeiras, lutas, danças e esporte. Estes tornam inúmeras as possibilidades da aplicação da aprendizagem no processo de ensino. O professor precisa estar preparado para repassar uma sequência lógica e correta de seus objetivos e das demandas do processo de inclusão. É importante o docente lecionar com dinamismo e criatividade.

Para Alves et al (2013), tratando-se das pessoas com surdez, alguns podem afirmar que apesar da deficiência auditiva não acarretar grandes comprometimentos ao desenvolvimento geral do sujeito, a perda ou debilidade no sentido da audição pode gerar sérios danos se o aluno não tiver estímulos apropriados. Dentro das aulas de Educação Física o aluno surdo desenvolve-se como corpo consciente, estimulando suas atividades de cooperação, de amizade, o respeito aos outros e estimula o prazer pela prática da atividade física, além do aperfeiçoamento da linguagem.

Nesta comunicação o aluno satisfaz a necessidade de falar, por meio da expressão gestual, desenvolvendo sua potencialidade, que segundo Casarotto, Rosa e Mazzocato (2012)

tem como referência os outros, que ao serem confrontados com o diferente, aprendem a respeitar e coordenar suas ações, por isso o trabalho deve ser direcionado pelo professor durante as aulas. Trabalho que deve ter relação com outras disciplinas da escola, pois essa relação chega a gerar mudança na vida do aluno e não somente no esporte e na saúde, mas em sua totalidade como seres humanos.

## DISCUSSÕES

Nesse sentido, partindo dos conteúdos apresentados em resposta a problemática, se têm ocorrido adequadamente a inclusão do aluno surdo na Educação Física, identificou-se que a inclusão é um processo que já têm acontecido no contexto educacional brasileiro, oferecendo suportes metodológicos para o professor buscar alternativas mais adequadas para a integração e inclusão de seus alunos. Mas, percebe-se como muitos ainda enfrentam problemas por não se aprofundarem no assunto e na busca pelo conhecimento das estratégias educacionais disponíveis para o auxílio no exercício da docência para incluir os alunos com deficiência.

Com foco nos docentes da área, Martins (2014) ressalva que compete ao professor de Educação Física intervir na formação de valores inclusivos, promovendo aulas que evitem qualquer tipo de preconceito relacionado à diferença, em especial, as pessoas com deficiência.

Marques et al (2008), critica a atitude de alguns profissionais da área, que ainda estimulam aulas competitivas que acarretam na exclusão dos alunos, inclusive os surdos.

Dialogando com o autor anterior, Alves e Duarte (2014, p.335) descrevem que: “as adaptações realizadas em escolas públicas e privadas brasileiras visando à inclusão de alunos com deficiência restringem-se em grande parte a alterações no espaço físico, sem qualquer tipo de planejamento pedagógico para receber este aluno. Neste campo, a falta de capacitação profissional e infraestrutura escolar são as maiores dificuldades vivenciadas pelos professores para a inclusão. Os professores de Educação Física afirmam possuir pouco ou nenhum conhecimento sobre os tipos deficiências dos seus alunos e falta de experiência e treinamento inadequado em inclusão”.

Partindo desse pressuposto, é necessário incluir o aluno surdo de maneira igualitária aos demais colegas, sem que haja discriminação. Para Casarotto, Rosa e Mazzocato (2012) “o professor deve ter o domínio dos conteúdos da Educação Física, bem como da habilidade pedagógica para transmiti-la durante a prática docente”. É imprescindível que o docente apresente os componentes curriculares da aula, a exemplo da dança, do futebol, do atletismo, entre outros, ampliando o conhecimento do aluno surdo. Cabe à escola ofertar a disciplina e ao professor se capacitar para acolher melhor os alunos, construindo com eles maneiras de superarem os desafios e dificuldades que aparecem respeitando a aprendizagem e desenvolvimento individual de cada um (CASAROTTO; ROSA; MAZZOCATO, 2012).

Devemos considerar também nesta análise, a percepção do discente no seu processo de aprendizagem. Nota-se como alguns alunos surdos ou com outro tipo de deficiência possuem inúmeras experiências negativas nas aulas de Educação Física. Outros relatam o contrário, que tiveram a possibilidade de experimentarem vivências positivas no contexto das aulas desta disciplina.

Alves e Duarte (2014) falam a respeito dessa questão, quando apresentam a coleta de dados de entrevistas feitas em seu trabalho com alunos surdos que citaram suas dificuldades quando iam para a parte prática da aula, relatando que tanto o professor como os colegas esqueciam que eles não ouviam ou não entendiam o comando.

Em outra pesquisa embasa em Alves et al (2013), identificamos que os autores afirmaram que os sujeitos surdos de sua pesquisa retrataram diversidade de pensamentos, que variaram desde aqueles que não se recordavam do conteúdo da aula de Educação Física, ou não aprenderam nada, bem como daqueles que disseram terem aprendido muito.

Ambos os autores ressaltam que não é apenas responsabilidade do professor da disciplina promover a inclusão, mas da comunidade escolar como um todo (ALVES e DUARTE, 2014; ALVES et al, 2013).

Nesse sentido, investigando a educação inclusiva, percebe-se que é um processo carregado de implicações tanto para os docentes, quanto para as escolas. Ambos devem buscar estratégias de ensino, revendo suas concepções para apoiarem seus alunos, com o intuito de atenderem suas necessidades e particularidades. É preciso promoverem um ensino crítico, a fim de reformular e recriar a realidade vivenciada dentro do ambiente escolar.

Por esse motivo, urge a necessidade de estudos mais aprofundados para se chegar a métodos e ferramentas educacionais eficazes no processo de ensino-aprendizagem na educação inclusiva, que atendam às necessidades do aluno surdo, possibilitando oferecer uma nova dinâmica pedagógica que respeite as singularidades inerentes aos sujeitos. Métodos estes, que possam auxiliar o professor de Educação Física a não encarar esse desafio como uma barreira na sua docência, mas como uma oportunidade de aprimorar seu desempenho como profissional, sendo um canal de propagação do conhecimento, de autonomia nas práticas corporais do indivíduo surdo.

## CONCLUSÕES

Das considerações que aqui foram expostas, observaram-se os caminhos percorridos no cenário histórico do processo de inclusão social do povo surdo, tanto na sociedade, quanto no direito de todos ao acesso à educação. As análises de literatura apontaram a realidade do processo de ensino-aprendizagem, e a maneira como o ambiente educacional atende esses alunos objetivando identificar a inclusão do aluno surdo nas aulas de Educação Física.

Nota-se que a Educação Física Escolar é campo propício para a promoção de práticas inclusivas, desenvolvendo nos alunos suas capacidades motoras, cognitivas e socioafetivas. Conforme o que foi apresentado no escopo deste artigo, concluiu-se que o professor de Educação Física deve intervir nos processos educacionais, ministrando aulas dinâmicas e criativas dentro do ambiente escolar que atendam às necessidades e particularidades de todos os educandos, em especial, como advogado neste estudo, dos alunos surdos.

Reforça-se a princípio, que o uso das LIBRAS auxiliará o professor de Educação Física na inclusão dos alunos surdos nas aulas desta disciplina na escola, mas ainda não há ferramentas prontas e perfeitas na maneira de apresentar os conteúdos na práxis docente. É preciso o professor sempre atualizar-se, estudando, assumindo com responsabilidade e comprometimento sua formação continuada, no intuito de buscar métodos que o auxiliem a ultrapassar os desafios que emergem nas aulas práticas, e desta maneira colaborar na aprendizagem e expectativas de seus alunos surdos na sua inclusão no ensino regular e nas aulas de Educação Física.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Antônio Campos. **Surdos, uma abordagem brasileira historiográfica e cultural**. Monografia de Conclusão do Curso de História. Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). Belo Horizonte, 2007. Disponível em: [https://cultura-sorda.org/wp-content/uploads/2015/06/Campos\\_Abreu\\_Monografia\\_Historia\\_20071.pdf](https://cultura-sorda.org/wp-content/uploads/2015/06/Campos_Abreu_Monografia_Historia_20071.pdf). Acesso em 18 de dezembro de 2020.

ALMEIDA, Luiz Gustavo Silva de; SOUZA, Fernando Gomes de. Educação Física no Contexto Escolar para Alunos Surdos. **Revista Virtual de Cultura Surda**, 16, 1-16, 2015. Disponível em: <https://editora-arara-azul.com.br/site/admin/ckfinder/userfiles/files/1%C2%BA%20Artigo%20de%20ALMEIDA%20e%20SOUZA%20para%20REVISTA%2016.pdf>. Acesso em 18 de dezembro de 2020.

ALVES, M. L. T.; DUARTE, E. A percepção dos alunos com deficiência sobre a sua inclusão nas aulas de Educação Física escolar: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 329-338, 2014. DOI: 10.1590/1807-55092014000200329. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/84074>. Acesso em: 18 dez. 2020.

ALVES, Tássia Pereira; SALES, Zenilda Nogueira; MOREIRA, Ramon Missias; DUARTE, Leonardo de Carvalho; COUTO, Edvaldo Souza. Inclusão de alunos com surdez na educação física escolar. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 7, n. 3, p. 192-204, 2013. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/790>. Acesso em: 18 dez. 2020.

ARAÚJO, Laíne Reis. Inclusão Social do Surdo: Reflexões sobre as Contribuições da Lei 10.436 à Educação, aos Profissionais e à Sociedade Atual. **Portal do governo, inclusão digital e sociedade do conhecimento**, 2012. Disponível em: <https://egov.ufsc.br/portal/conteudo/inclus%C3%A3o-social-do-surdo-reflex%C3%B5es-sobre-contribui%C3%A7%C3%B5es-da-lei-10436-%C3%A1-educa%C3%A7%C3%A3o-aos-profissi>. Acesso em 18 de dezembro de 2020.

BISOL, Cláudia; SPERB, Tânia Mara. Discursos sobre a surdez: deficiência, diferença, singularidade e construção de sentido. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 26, n. 1, p. 07-13, Mar. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-37722010000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722010000100002&lng=en&nrm=iso). Acesso em 18 de dezembro de 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000100002>.

CASAROTTO, V. J.; ROSA, C. L. L.; MAZZOCATO, A. P. F. Educação Física e o aluno surdo. **Revistas Eletrônicas Unicruz**, anais. 2012. Disponível em: <https://home.unicruz.edu.br/mercosul/pagina/anais/2012/Educacao%20e%20desenvolvimento%20humano/artigo/educacao%20fisica%20e%20o%20aluno%20surdo%20.pdf>. Acesso em 18 de dezembro de 2020.

FERRAZ, Rafael de Araújo. **O mundo surdo**: passeata dos surdos, luta e comemoração. Monografia de Especialização em Educação Especial: Estudos Surdos, Faculdade Santa Helena, 2009. Disponível em: [http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/750/monografia\\_rafael\\_a\\_ferraz.pdf](http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/750/monografia_rafael_a_ferraz.pdf). Acesso em 18 de dezembro de 2020.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, SP: EPU, v. 5, n. 31, 1986.

MARQUES, Keury Gomes; SILVA, R. V.; SILVA, R. F. Atividades inclusivas na Educação Física escolar. **Revista Digital, Buenos Aires**, v. 119, n. 13, p. 1-17, 2008. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd119/atividades-inclusivas-na-educacao-fisica-escolar.htm>. Acesso em 18 de dezembro de 2020.

MARTINS, Celina Luísa Raimundo. EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA: ATITUDES DOS DOCENTES. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, Porto Alegre, p. 637-657, mar. 2014. ISSN 1982-8918. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/40143>. Acesso em: 18 dez. 2020. doi:<https://doi.org/10.22456/1982-8918.40143>.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de; VIEIRA, Sofia Lerche. **Pesquisa educacional**: O prazer de conhecer. Fortaleza, Ce: Demócrito Rocha (UECE), 2001.

MELO, T. A. F. de; FREITAS, A. de. Educação Física Adaptada, uma prática de possibilidades no contexto escolar. **Revista Digital-Buenos Aires-Ano**, 2009. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd136/educacao-fisica-adaptada-no-contexto-escolar.htm>. Acesso em 18 de dezembro de 2020.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro; SANDER, Ricardo Ernani. História da educação dos surdos no Brasil. **Seminário de Pesquisa do PPE. Universidade Estadual de Maringá**, v. 2, 2015. Disponível em: [http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario\\_ppe\\_2015/trabalhos/co\\_04/94.pdf](http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2015/trabalhos/co_04/94.pdf). Acesso em 18 de dezembro de 2020.

MOURÃO, Marisa Pinheiro. **Língua Brasileira de Sinais-Libras**. CEaD/CEPAE, - 2ª ed. – Uberlândia, MG, 2018. Material elaborado para os cursos a distância da Universidade Federal de Uberlândia/Universidade Aberta do Brasil. 118p. 2018. Disponível em: [http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/25236/1/Libras\\_-\\_Matematica.pdf](http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/25236/1/Libras_-_Matematica.pdf). Acesso em 18 de dezembro de 2020.

NÓBREGA, Juliana Donato; ANDRADE, Andréa Batista de; PONTES, Ricardo José Soares; BOSI, Maria Lúcia Magalhães; MACHADO, Márcia Maria Tavares. Identidade surda e intervenções em saúde na perspectiva de uma comunidade usuária de língua de sinais. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 671-679, Mar. 2012. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232012000300013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000300013&lng=en&nrm=iso)>. Access on 18 Dec. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300013>.

PEREIRA, Larissa M. Rebouças; MOURA, Larissa Feitosa; ALBUQUERQUE, Eugênia Moraes de. A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO REGULAR. **Revista Includere**, v. 3, n. 1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/index.php/includere/article/view/7402>. Acesso em 18 de dezembro de 2020.

PERLIN, Gladis. **O Ser e o Estar sendo Surdos: alteridade, diferença e identidade**. Porto Alegre: UFRGS, 156 p. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2003. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5880/000521539.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 18 de dezembro de 2020.

STROBEL, Karin Lilian. **Surdos: vestígios culturais não registrados na história**. Florianópolis. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado em Educação–UFSC-Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/91978/261339.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 18 de dezembro de 2020.

## SUMMARY

INTRODUCTION: The research was developed in order to understand how the approach on the theme of the inclusion of deaf students in physical education classes in the school environment of Brazilian schools has occurred. OBJECTIVE: This study aimed to investigate the inclusion process of deaf students in school physical education classes. METHODOLOGY: It is a qualitative research, carried out through the literature review. RESULTS AND DISCUSSION: In its scope, it brings authors who evoke about the theme raised, pointing out the records of inclusion of deaf people in regular education, besides highlighting the debates about the education taught from the beginning, reaching the standardization of the Brazilian sign language (LIBRAS) in the educational scope. It is perceived that Physical Education is a fertile area to promote countless possibilities to explore the aspect of inclusive education, developing the motor, cognitive, sensory, socioaffective skills of individuals as a whole. CONCLUSION: The results point to the need for the teacher to deepen the knowledge of LIBRAS and qualify. It is through continuing education

that it will be possible for teachers to effectively promote inclusive classes, enabling the development of their students and the advancement of educational processes in the Brazilian sphere.

**Keywords:** Deafness, Inclusion, Physical Education.

## RESUMEN

**INTRODUCCION:** La investigación fue desarrollada con el fin de entender cómo se ha producido el enfoque sobre el tema de la inclusión de los estudiantes sordos en las clases de educación física en el entorno escolar de las escuelas brasileñas. **OBJETIVO:** Este estudio tenía como objetivo investigar el proceso de inclusión de los estudiantes sordos en las clases de educación física escolar. **METODOLOGIA:** Es una investigación cualitativa, llevada a cabo a través de la revisión de la literatura. **RESULTADOS Y DISCUSSION:** En su ámbito de aplicación, trae autores que evocan sobre el tema planteado, señalando los registros de inclusión de las personas sordas en la educación regular, además de destacar los debates sobre la educación impartida desde el principio, alcanzando la estandarización de la lengua de signos brasileña (LIBRAS) en el ámbito educativo. Se percibe que la Educación Física es un área fértil para promover innumerables posibilidades para explorar el aspecto de la educación inclusiva, desarrollando las habilidades motoras, cognitivas, sensoriales, socioafectivas de las personas en su conjunto. **CONCLUSION:** Los resultados apuntan a la necesidad de que el maestro profundice en el conocimiento de LIBRAS y califique. Es a través de la educación continua que será posible para los maestros promover eficazmente clases inclusivas, permitiendo el desarrollo de sus estudiantes y el avance de los procesos educativos en el ámbito brasileño.

**Palabras clave:** Sordera, Inclusión, Educación Física.

## RESUMO

**INTRODUÇÃO:** A pesquisa foi desenvolvida com o intuito de compreender como tem ocorrido a abordagem sobre a temática da inclusão do aluno surdo nas aulas de Educação Física no âmbito escolar das escolas brasileiras. **OBJETIVO:** O presente estudo objetivou pesquisar o processo de inclusão de alunos surdos nas aulas de Educação Física Escolar. **METODOLOGIA:** É uma pesquisa de cunho qualitativo, realizada por meio da revisão de literatura. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Em seu escopo traz autores que evocam acerca da temática levantada, apontando os registros de inclusão dos surdos no ensino regular, além de ressaltar os debates acerca da educação ensinada desde os primórdios, chegando até à padronização da língua brasileira de sinais (LIBRAS) no âmbito educacional. Percebe-se que a Educação Física é área fecunda para promover inúmeras possibilidades de explorar o aspecto da educação inclusiva, desenvolvendo as habilidades motoras, cognitivas, sensoriais, socioafetivas dos indivíduos como um todo. **CONCLUSÃO:** Os resultados apontam para a necessidade do professor se aprofundar no conhecimento da LIBRAS e se qualificar. É por meio da formação continuada que será possível o docente promover de forma eficaz aulas inclusivas, possibilitando o desenvolvimento de seus alunos e o avanço dos processos educativos no âmbito brasileiro.

**Palavras-chave:** Surdez, Inclusão, Educação Física.